

**COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D.J.01.07.2005
EMENTÁRIO Nº 2 1 9 8 - 6****30/03/2005****TRIBUNAL PLENO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.918-6 RIO DE JANEIRO**

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE
RECORRENTE(S) : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO(A/S) : ANTÔNIO CARLOS FERREIRA E OUTRO(A/S)
RECORRIDO(A/S) : JORGE PERES ALVES DA SILVA
ADVOGADO(A/S) : MARIA TEREZA COSTA FERRAZ BORGES
ASSISTENTE(S) : UNIÃO
ADVOGADO(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. CORREÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS DO FGTS. DESCONSIDERAÇÃO DO ACORDO FIRMADO PELO TRABALHADOR. VÍCIO DE PROCEDIMENTO. ACESSO AO COLEGIADO.

1. Superação da preliminar de vício procedimental ante a peculiaridade do caso: matéria de fundo que se reproduz em incontáveis feitos idênticos e que na origem (Turmas Recursais dos Juizados Especiais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro) já se encontra sumulada.

2. Inconstitucionalidade do Enunciado nº 21 das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que preconiza a desconsideração de acordo firmado pelo trabalhador e previsto na Lei Complementar nº 110/2001. Caracterização de afastamento, de ofício, de ato jurídico perfeito e acabado. Ofensa ao princípio inscrito no art. 5º, XXXVI, do Texto Constitucional.

3. Recurso extraordinário conhecido e provido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, preliminarmente, nos termos do voto da relatora, conhecer do recurso para efeitos diversos, sem anular, porém, a decisão. No mérito, por maioria, conhecer e dar provimento ao recurso extraordinário, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 30 de março de 2005.


Ellen Gracie

- Presidente (art. 37, I do RISTF) e Relatora



30/03/2005

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.918-6 RIO DE JANEIRO

RELATORA	: MIN. ELLEN GRACIE
RECORRENTE(S)	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO(A/S)	: ANTÔNIO CARLOS FERREIRA E OUTRO(A/S)
RECORRIDO(A/S)	: JORGE PERES ALVES DA SILVA
ADVOGADO(A/S)	: MARIA TEREZA COSTA FERRAZ BORGES
ASSISTENTE(S)	: UNIÃO
ADVOGADO(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Ellen Gracie: Trata-se de recurso extraordinário interposto contra decisão de Juiz da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que confirmou o desprovimento do recurso inominado apresentado pela Caixa Econômica Federal, proferido nos seguintes termos:

“Trata-se de Recurso de sentença proferida em Juizado Especial Federal do Estado do Rio de Janeiro que condenou a parte recorrente a pagar à parte recorrida os valores referentes às diferenças decorrentes da aplicação dos índices expurgados das contas vinculadas de FGTS (42,72% em janeiro de 1989 e 44,80% em abril de 1990), além dos acréscimos apurados até a data do efetivo pagamento.

A Recorrente sustenta que a parte Recorrida firmou acordo com a CEF, aperfeiçoado através da assinatura do Termo de Adesão. Na medida em que a expressão ‘acordo’ reflete a idéia de concessões recíprocas, em que há vantagens para todas as partes envolvidas, é de se concluir que o trabalhador acreditava que o ‘Termo de Adesão’ descrito na Lei Complementar 110 lhe seria benéfico, sobretudo levando-se em conta a propaganda veiculada nos meios de comunicação sobre o assunto.

Portanto, é fácil perceber que a intenção do trabalhador ao manifestar a vontade através da celebração da transação não correspondia às reais conseqüências advindas do ato. Na verdade, provavelmente a renúncia a direitos ocorrida com a assinatura do mencionado acordo tinha como único objetivo evitar a longa espera pela solução do processo judicial, pela via ordinária.

Todavia, os resultados atingidos pelos Juizados Especiais Federais representam fato novo e imprevisível ao cidadão

comum, o que influenciou no equilíbrio do ajuste, tornando injustificada a onerosidade imposta a uma das partes.

Por outro lado, a natureza jurídica da conta de FGTS é de depósito bancário de natureza especial. O trabalhador é correntista e a CEF, banco depositário do referido fundo.

Tendo em vista que os estabelecimentos bancários, na qualidade de prestadores de serviços, vinculam-se à disciplina do Código de Defesa do Consumidor, é de concluir-se que as cláusulas expressas no Termo de Adesão, em prejuízo do trabalhador, são nulas, uma vez que traduzem renúncia a direitos sem que haja compensação que valide a onerosidade suportada.

Some-se a isto o fato de as restrições decorrentes, tais como o deságio, a renúncia e a supressão dos juros remuneratórios não estarem ressalvadas de forma compreensível ao trabalhador comum, ensejando também a nulidade do instrumento.

Concluindo, entendo que a assinatura do Termo de Adesão não impede o recebimento de valores não pagos na esfera administrativa. Portanto, a parte recorrida faz jus às diferenças requeridas, conforme conclusão na r. sentença, nos moldes contidos na Súmula nº 252, do STJ, verbis: 'os saldos das contas do FGTS, pela legislação infraconstitucional, são corrigidos em 42,72% (IPC) quanto às perdas de janeiro de 1989 e 44,80% (IPC) quanto às de abril de 1990, acolhidos pelo STJ os índices de 18,02% (LBC) quanto às perdas de junho de 1987, de 5,38% (BTN) para maio de 1990, e 7,00% (TR), para fevereiro de 1991, de acordo com o entendimento do STF (RE 226.855-7-RS)'

Nesse sentido dispõe o Enunciado n 21 das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais:

'O trabalhador faz jus ao crédito integral, sem parcelamento, e ao levantamento, nos casos previstos em lei, das verbas relativas aos expurgos de índices inflacionários de janeiro de 1989 (42,72%) e abril de 1990 (44,80%) sobre os saldos das contas de FGTS, ainda que tenha aderido ao acordo previsto na Lei Complementar n. 110/2001, deduzidas as parcelas porventura já recebidas.'

Assim sendo, correta a r. sentença que condenou a CEF ao pagamento referente às diferenças decorrentes da aplicação dos índices expurgados das contas vinculadas de FGTS (42,72% em janeiro de 1989 e 44,80% em abril de 1990).

Em atendimento ao Enunciado n. 1, das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, aplico à recorrente a multa prevista no art. 17, VII, do CPC, por interposição de recurso com intuito manifestamente protelatório, que fixo em 1% sobre o valor da causa (R\$ 22,69), mais os honorários advocatícios de 10%, também incidente sobre o valor da causa (R\$ 226,98).

Em face do exposto, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO, nos termos do art. 557, caput, do CPC, do art. 3º, inciso VIII, do Provimento nº 8/2002, da Coordenação dos Juizados Especiais Federais, com fulcro no Enunciado n. 21 das Turmas Recursais, para manter integralmente a r. sentença, condenando o recorrente ao pagamento de multa no valor de R\$ 249,67 (duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos) com base no Enunciado n. 1 das Turmas Recursais.”

Contra essa decisão a empresa pública ora recorrente apresentou agravo, no qual reiterou a insurgência contra a desconsideração judicial do acordo previsto na Lei Complementar nº 110/2001, firmado com o autor, e questionou a constitucionalidade de procedimento que, sob o seu ponto de vista, importa a negativa de acesso ao colegiado das Turmas Recursais (art. 98, I).

O agravo foi conhecido como embargos declaratórios, mas desprovido, por aplicação do Enunciado n. 26 das Turmas Recursais dos Juizados Especiais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que reza:

“Decisão monocrática proferida pelo relator não desafia recurso à Turma Recursal.”

Daí a interposição do presente recurso extraordinário, alicerçado na alínea “a” do art. 102 da Constituição, por meio do qual a Caixa Econômica Federal sustenta a ocorrência de violação aos princípios constitucionais do ato jurídico perfeito – decorrente da desconsideração do acordo judicial ao qual aderiu o recorrido –, do devido processo legal, bem como da regra constitucional que disciplina a competência das Turmas Recursais.

Sustenta a recorrente, fundamentalmente, que o afastamento do ajuste entre as partes, levado a efeito pelo acórdão recorrido, contraria a cláusula constitucional de proteção ao ato jurídico perfeito. Assevera que o autor jamais questionou a legalidade do acordo, ou suscitou a sua nulidade, razão pela qual não poderia o órgão julgador fazê-lo de ofício. No que concerne ao alegado vício procedimental, apóia seu recurso extraordinário na impossibilidade de subtrair-se a

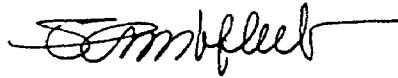
questão controvertida da apreciação do colegiado, promovendo-se uma sucessão de decisões monocráticas.

O recurso foi admitido na origem.

Em parecer da lavra do Dr. Wagner de Castro Mathias Netto, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso.

Posteriormente, ajuizou a Caixa Econômica Federal a Ação Cautelar nº 272, em que pretendia o sobrestamento, na origem, de todos os processos versando a mesma matéria. Concedi a liminar pleiteada, em decisão posteriormente referendada por este Colegiado.

É o relatório.



VOTO

A Senhora Ministra Ellen Gracie - (Relatora): 1 - Senhor Presidente, já na oportunidade da apreciação do feito cautelar de que resultou o sobrestamento dos demais processos na origem¹, aludi à conveniência de superarmos a questão referente ao alegado vício de procedimento (correspondente à aplicação do Enunciado nº 26 das Turmas Recursais Federais²), tendo em vista não apenas a relevância jurídica da questão de fundo – também controvertida – mas ainda a informação prestada pela Presidente das Turmas Recursais dos Juizados Especiais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a qual atestou que, desde janeiro de 2004, os julgamentos dos Relatores em questões sumuladas vêm sendo submetidos ao referendo do colegiado (f. 200 do feito cautelar).

Com essa providência, estaria sanado, a partir de janeiro/2004, defeito processual já reconhecido por este Supremo Tribunal, porque consistente na sucessão de decisões monocráticas sem oportunidade de acesso à Turma Recursal (aponto precedentes monocráticos específicos: RE 427.076, Min. Carlos Britto, DJ de 29/09/2004; RE 427.528, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 14/06/2004). Não, porém, no presente feito, que encerra uma sequência de julgamentos monocráticos efetivamente excluídos à apreciação da Turma Recursal (negativa de seguimento ao recurso nominado, f. 100; agravo regimental recebido como embargos declaratórios rejeitados, f. 120).

Anoto, nesse ponto, que a persistência da Caixa Econômica Federal na insurgência contra o procedimento adotado e contra a desconsideração do acordo foi repelida pelo Julgador recorrido mediante a aplicação de multa por litigância procrastinatória (f. 100), o que não se coaduna com a garantia do exercício regular do direito de defesa – que neste caso nem sequer é próprio, já que a CEF é apenas gestora dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

2 - Além da problemática procedimental, persiste a invocação ao Enunciado nº 21³, que preconiza a desconsideração do acordo da Lei Complementar nº 110/2001, o que, por si só, já dá ensejo à irresignação extraordinária.

¹ AC 272, liminar referendada pelo Plenário em 06/10/2004, por maioria.

² Enunciado nº 26: “Decisão monocrática proferida pelo Relator não desafia recurso à Turma Recursal.”

³ Enunciado nº 21: “O trabalhador faz jus ao crédito integral, sem parcelamento, e ao levantamento, nos casos previstos em lei, das verbas relativas aos expurgos de índices inflacionários de janeiro de 1989 (42,72%) e abril de 1990 (44,80%) sobre os saldos das contas de FGTS, ainda que tenha aderido ao acordo previsto na Lei Complementar n. 110/2001, deduzidas as parcelas porventura já recebidas.”

Constato também que muitas são as demandas idênticas à presente a merecerem o crivo desta Corte, tendo em vista a existência – devidamente comprovada pela recorrente – de uma deliberada instigação ao trabalhador que aderiu ao acordo, para que ingresse em juízo e busque a sua desconstituição.

A empresa pública recorrente faz juntar formulário de petição inicial constante, até o presente momento, da página da internet dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro⁴. Ali são elencadas as razões que levariam ao afastamento do acordo firmado, com a consequente procedência da ação (f. 202).

Por isso, conquanto entenda presente a inconstitucionalidade articulada na petição de recurso extraordinário quanto ao processamento dos recursos na origem, o que já seria suficiente, analiso também a matéria de mérito discutida nestes autos.

3 - Verifico do exame do caso concreto que o trabalhador ingressou em juízo pleiteando a integralidade dos índices expurgados das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, tal como reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal. A inicial não aludiu à formalização de acordo nem questionou a legitimidade da avença, tendo-se limitado, quando muito, a comparar os índices da lei com aqueles proclamados pela jurisprudência. Transcrevo, a título de ilustração, o único ponto da inicial no qual se faz alguma alusão ao acordo instituído pela Lei Complementar nº 110/2001. Confira-se:

“É importante frisar que a Lei Complementar nº 110, de 19 de junho de 2001, em seu parágrafo 4º, autoriza em caso de adesão (adesão esta facultativa a cada trabalhador), creditar nas contas vinculadas do FGTS dos mesmos, somente o percentual de 16,64% equivalente ao período, como diz a lei, de 01/12/88 a 28/02/89 e o percentual de 44,80% equivalente ao mês de abril/90. Sendo que o primeiro percentual é divergente de vários julgados, como vejamos (...)”

Não obstante haja silenciado quanto à adesão ao acordo do FGTS, o trabalhador trouxe ao processo documento comprobatório do pacto (fl. 48), o que ensejou provocação da Caixa Econômica Federal ao Juízo de primeiro grau, no sentido da necessidade de observância do ajuste, com a consequente improcedência do pleito. O Julgador, no entanto, afastou expressamente o acordo firmado pelo trabalhador, por

⁴ Disponível no endereço eletrônico: http://www.jfjf.gov.br/jefs/modelos/fgts_acordo.htm

considerar que o desconhecimento do montante a ser recebido importava em vício na formação da vontade, impedindo ao pactuante avaliar devidamente as cláusulas do ajuste.

Essa decisão foi corroborada pelo Juiz da 1ª Turma Recursal, que negou seguimento ao recurso inominado da CEF e manteve o afastamento do acordo firmado pelo trabalhador, com fundamento no Enunciado nº 21 das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Foram alinhados os seguintes argumentos:

1º) o trabalhador, influenciado pelos meios de comunicação, imaginou que seria beneficiado com o ajuste previsto na Lei Complementar nº 110/2001, e por essa razão aderiu ao pacto, na intenção de evitar um longo trâmite judicial. Não detinha conhecimento, todavia, acerca dos resultados da atuação dos Juizados Especiais Federais. A rapidez dessa nova via representou fato novo e imprevisível pelo cidadão pactuante, e que impôs desequilíbrio ao ajuste firmado entre as partes;

2º) as cláusulas constantes do Termo de Adesão são nulas, por traduzirem renúncia a direitos sem uma razoável compensação, sendo certo que os termos do acordo são amplamente desfavoráveis ao correntista. Além disso, o trabalhador comum não foi devidamente esclarecido quanto ao sentido de expressões como deságio, renúncia e supressão dos juros remuneratórios.

Por ocasião das informações prestadas na medida cautelar incidente a este recurso extraordinário, tais considerações foram reiteradas e reafirmadas pela Juíza Presidente da 1ª Turma Recursal como razões de decidir conducentes à edição do Enunciado. Nessa oportunidade, a Julgadora recusou natureza constitucional à controvérsia posta no RE, e sustentou que não houve afastamento de ato jurídico perfeito, mas tão-somente a desqualificação do acordo como tal.

Tal jogo de palavras não convence. De fato, como já anunciei no julgamento do referendo à medida liminar concedida à Caixa Econômica Federal, parece-me clara e direta a violação à cláusula constitucional de proteção ao ato jurídico perfeito.

O teor da decisão recorrida representa o afastamento, de ofício, de um ato jurídico acabado, formalizado e cuja legitimidade não foi questionada sequer

pelo pactuante, mediante a aplicação da teoria da imprevisão e ao argumento da ocorrência de vício de consentimento.

4 - No que concerne à existência de vício de consentimento, consistente no desconhecimento do trabalhador comum quanto às cláusulas do ajuste, reputo incabível a sua proclamação em abstrato, como se fez com a adoção do Enunciado nº 21, uma vez que a perquirição acerca de vício em algum dos elementos formadores da vontade do agente haverá de ser demonstrada caso a caso, acordo a acordo, por demandar avaliação do elemento subjetivo do pactuante no momento da avença, consideradas as circunstâncias específicas e indissociáveis da personalidade de cada um. Se, por outro lado, não ocorre essa aferição no caso concreto, e o que se examina são os termos do acordo – termos esses previstos em legislação complementar federal – o que está em causa, verdadeiramente, não é a vontade eventualmente viciada do agente, mas a constitucionalidade da regra instituidora do ajuste. O que o Juizado Especial Federal fez, ao meu vez, foi afastar do mundo jurídico as normas constantes da LC 110/2001, ainda que sem expressamente declarar-lhe a inconstitucionalidade.

Além disso, recorro que nos termos do Código Civil atual, como naquele em vigor por ocasião do ajuste, o reconhecimento de vício de consentimento conduz à anulação do ato jurídico – não à sua nulidade – e não pode ser pronunciado de ofício (art. 177).

5 - Tampouco vislumbro cabimento na desconstituição do acordo por um eventual desrespeito a normas constantes do Código de Defesa do Consumidor. Esta Corte já deixou assentado o entendimento de que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço não tem natureza contratual, mas estatutária (RE 226.855, Rel. Min. Moreira Alves, Plenário, por maioria, DJ de 13/10/2000). Assim, decorre de lei, e pela lei é disciplinado, não havendo falar-se em relação de consumo a ser regulada, mesmo que sob o enfoque da garantia inscrita no art. 5º, XXXII, ou dos princípios regedores da atividade econômica (art. 170, IV, da Constituição Federal).

6 - Observo que, na esteira do acórdão desta Corte que determinou a correção das contas vinculadas (RE 226.855, Rel. Min. Moreira Alves, Plenário, maioria, DJ de 30/10/2000), sobreveio a Lei Complementar 110/2001, que veiculou fórmula destinada a carrear os recursos necessários a custear o pagamento, a todos os correntistas, dos índices expurgados reconhecidos por este Supremo Tribunal Federal.

Não é demais recordar que à época do encaminhamento do Projeto de Lei Complementar, o passivo referente a tais correções montava a R\$ 42 bilhões ou quase 4% do PIB nacional. Para que o repasse de tal montante ao FGTS fosse assumido exclusivamente pelo Tesouro Nacional, fazia-se necessária a adoção de uma

de duas soluções: (a) ou, o aumento da dívida pública no valor correspondente, o que acarretaria os efeitos colaterais de aumento da taxa de juros e conseqüente prejuízo à retomada do crescimento econômico, com menor geração de empregos e aumento da taxa de desemprego; (b) ou, o aumento da emissão da moeda, com inevitáveis reflexos sobre a taxa de inflação.

A adoção de qualquer uma dessas duas soluções resultaria, necessariamente, por sua incidência sobre o total da população, em perversa transferência de renda dos trabalhadores informais (e, portanto, sem FGTS) para os trabalhadores com carteira assinada (que além de terem assegurados os direitos do contrato de trabalho e garantias previdenciárias, inclusive FGTS, também, na média, são melhor remunerados que os primeiros).

Por isso mesmo, promoveu o governo processo de negociação de que participaram as centrais sindicais e as confederações patronais participantes do Conselho Curador do FGTS. Desses entendimentos, surgiu a fórmula que agregou diversas medidas tendentes a garantir o aporte de recursos, sem comprometer os fundamentos da economia. Consistiram elas (1) na criação de uma contribuição social devida nos casos de despedida sem justa causa, correspondente a 10% dos depósitos referentes ao Fundo; (2) na criação de contribuição social de 0,5% sobre a folha de salários das empresas não participantes do SIMPLES; (3) no aporte de R\$ 6 bilhões pelo Tesouro Nacional; e (4) no deságio de 10% a 15% a ser concedido pelos trabalhadores cujos complementos de atualização monetária superassem o valor de R\$ 1.000,00, para efeito de seu creditamento imediato, mediante a assinatura de um termo de adesão.

7 - É necessário frisar que em nenhum momento a Lei Complementar autorizou o levantamento imediato dos valores devidos, que se incorporam ao saldo das contas individuais as quais, como se sabe, só podem ser movimentadas em hipóteses restritas (aposentadoria, aquisição de casa própria...).

Dividiram-se os trabalhadores, então, em duas categorias: os que não aderiram ao acordo e buscaram a via judicial, e os que formalizaram a adesão – com os ônus próprios a um acordo. A nenhum deles foi assegurada a imediata correção dos saldos das contas vinculadas.

Pois é exatamente isso o que vem sendo autorizado pelos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro. De fato, a desconsideração do acordo firmado entre o correntista e a CEF resulta na aplicação imediata dos índices corrigidos (42,72% para janeiro/89 e 44,08% para abril/90), sem

o deságio promovido para os aderentes e sem a observância do cronograma de pagamento fixado na Lei Complementar.

Ao assim deliberar, o Julgador recorrido anulou adesões anteriormente firmadas e desconstituiu transação instituída por Lei Complementar que objetivava ensejar uma composição que pusesse fim a pendência judicial que já perdurava por mais de dez anos, e que sobrecarregava demasiadamente o Poder Judiciário. Transcrevo, neste ponto, pertinente observação da recorrente (f. 114):

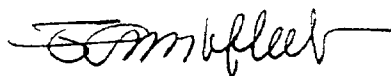
“Curiosamente, o próprio Poder Judiciário, a quem a Lei Complementar pretendeu desafogar, inviabiliza a solução pacífica dos litígios, ao anular os termos de adesão firmados exatamente com o intuito de aliviar a carga de demandas em litígio nos Tribunais e, com isso, estimula a propositura de mais e mais ações, a cada dia que passa, o que só atrasa ainda mais a entrega da prestação jurisdicional.”

Em conclusão, considero evidenciada, a natureza constitucional da presente discussão, não obstante a tentativa de enquadramento da solução como decorrente de vício na vontade do trabalhador aderente.

O afastamento geral dos acordos firmados com base na Lei Complementar nº 110/2001 traria como consequência o total esvaziamento dos preceitos encerrados nos arts. 4º, 5º e 6º desse diploma, que disciplinam os termos e condições do ajuste. Assim, sob esse prisma, a atuação do Julgador recorrido importou o afastamento de regra legal, o que equivale a uma declaração de inconstitucionalidade, a teor do que consagram diversos precedentes deste Tribunal (RE 179.170, Rel. Min. Moreira Alves, 1ª Turma, unânime, DJ de 30/10/98; e RE 240.096, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1ª Turma, unânime, DJ de 21/05/99).

8 - Ante o exposto, **conheço** do recurso extraordinário e **dou-lhe integral provimento**.

É como voto.



30/03/2005

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.918-6 RIO DE JANEIROV O T O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sra. Presidente, gostaria que se destacasse a questão inicial, o primeiro fundamento do recurso, a preliminar de nulidade da decisão que negou seguimento ao agravo contra a decisão singular. Parece-me que a preliminar leva à impossibilidade de conhecer-se do recurso quanto ao mérito, com base na Súmula nº 281. Assim decidimos, a respeito de decisões de Turmas Recursais dos Juizados, por exemplo, no RE 311.382, de que fui Relator, na Primeira Turma, em 04/09/2001.

Lembra-me de que, quando Procurador-Geral, propus representação por inconstitucionalidade de dispositivo do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Goiás, que tornava irrecurível a decisão do Relator que indeferisse liminarmente o mandado de segurança. E o Tribunal o julgou inconstitucional, entendendo que podem, sim, os Tribunais outorgar competência decisória aos relatores; mas, sendo o Tribunal, sempre, um órgão colegiado, é necessário que haja um meio recursal para levar ao colegiado a questão, se a parte não se conforma com a decisão singular (Rp 1299, **Célio Borja**, 21.8.86, RTJ 119/980).



O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - O relator atua como verdadeiro porta-voz do Colegiado, em substituição, justamente tendo em conta a grande carga de processos suportada pelo Colegiado.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Não se trata de um tribunal, mas, a Turma Recursal, pelo artigo 98 da Constituição, é órgão colegiado, ainda mais quando, no mérito, haja uma questão de constitucionalidade a decidir.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Vossa Excelência apontou bem, porque temos uma dificuldade para conhecer do recurso extraordinário quanto ao fundo. Não houve o esgotamento da jurisdição na origem.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - É a Súmula nº 281.

A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (PRESIDENTE E RELATORA) - O que me leva a superar a preliminar para adentrar o mérito é, exatamente a peculiaridade da questão.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Vossa Excelência antecipa, de certo modo, o mecanismo da súmula vinculante, aí, sim, contra qualquer decisão judicial haverá o remédio **per saltum** da reclamação.



O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - E com uma razão adicional, que este RE da Lei nº 10.259, dos Juizados Especiais, tem toda a feição de um processo, se não objetivo, um processo fortemente objetivado. Daí, inclusive, a decisão que tomamos quando da suspensão, porque há todo aquele mecanismo de retenção de determinadas matérias nas instâncias recursais ordinária e a ascensão de alguns processos apenas que tramitam com prioridade no âmbito desta Corte. Salvo melhor juízo -, só o **habeas corpus** e mandado de segurança têm precedência sobre esse processo. Aí, neste caso específico, já sabemos também o resultado, porque essa já é a posição do órgão colegiado, dos juizados recursais. De modo que eu proporia um *distinguishing* nessa Súmula nº 281 para, na linha do voto da Ministra-Relatora, entender que se conhece do recurso extraordinário.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Quando for da jurisprudência do colegiado?

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Corresponde mais ou menos ao que vimos construindo em relação às exceções do artigo 97.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sim, mas há dispositivo legal explícito. No primeiro caso que estamos a julgar o mérito, estamos antecipando os efeitos de uma súmula vinculante.



O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Antes mesmo da súmula vinculante, esse processo da Lei nº 10.259 e a regulação que emprestamos na resolução regimental conferem esse caráter objetivo ao processo. Proporia ao Tribunal que fizéssemos uma leitura distintiva da Súmula nº 281, na linha da proposta do voto da eminente Relatora.

A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (PRESIDENTE E RELATORA) - Até porque, Ministro Sepúlveda Pertence, creio que dificilmente encontraríamos outra matéria em que, realmente, os casos sejam todos tão padronizados.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Salvo engano, Vossa Excelência disse que estão agora sendo submetidos ao referendo da Turma Recursal.

A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (PRESIDENTE E RELATORA) - Sim.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Referendo não precisa de agravo.

A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (PRESIDENTE E RELATORA) - A partir de janeiro de 2004, a turma recursal adotou o sistema de referendo.



O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Compreendo perfeitamente as preocupações de política judiciária do voto de Vossa Excelência, mas tenho receio de começarmos a distinguir. E outros casos surgirão.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Aqui, ficaríamos apenas na hipótese de esse processo ter forte feição objetiva.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Também nesse processo, e é exatamente essa a razão, pois o colegiado tomou uma posição de caráter normativo: dispôs que todos os casos que lhe forem submetidos terão tal julgamento, a despeito de suas particularidades.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Há uma súmula das Turmas Recursais dos Juizados Especiais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, segundo a qual decisão monocrática proferida pelo relator não desafia recurso à Turma Recursal. Então, teremos de abrir essa exceção, sempre que, na questão de fundo, se aplicar súmula da Turma Recursal.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - A vantagem é que estamos a falar de processos de massa, que têm causado tanta preocupação e já foi objeto de consideração de Vossa Excelência, e nesse caso, pelo menos o Tribunal se pronuncia de maneira seletiva,



quer dizer, decide um caso, é essa a proposta, e, em princípio, fixará uma orientação normativa num ou noutro sentido. Podemos até, daqui a pouco, estar a extrair súmulas vinculantes desse pronunciamento.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sim, é o destino natural para os processos de massa. Mas eu fico com a liturgia.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - E eu proponho a heterodoxia neste caso.

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO - Penso que esse é o caso realmente típico em que o Tribunal deveria adotar uma posição menos ortodoxa, heterodoxa mesmo, porque, nos juizados especiais, de regra, não há recurso. Tenho sustentado que o recurso extraordinário constitui um atentado contra a natureza do juizado especial.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Seriam superórgãos, acima do Supremo Tribunal Federal, como guardas da Carta.

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO - Não é bem isso. É que esses juizados especiais foram concebidos para julgar causas de pequeno valor, comumente de carentes, de necessitados, que devem ter uma resposta pronta da Justiça, e não ficarem por conta de recursos



e filigranas processuais, como sói acontecer com a Justiça brasileira. Então, eminentes Colegas, penso que este é um caso em que o Supremo Tribunal Federal deve dar resposta imediata. Ele tem caráter objetivo.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Mas, Ministro, o recurso cabível é o extraordinário.

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO - Em muitos casos, nesses processos, a Turma homologa a decisão do juiz. De maneira que, não obstante reconhecer as preocupações do eminente Ministro Sepúlveda Pertence, penso que a importância e as preocupações de milhares sobrepõem a essas preocupações puramente processuais.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Os milhares não estão nada preocupados.

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO - Não sei porque essas questões estão paradas. Outro dia um juiz me dizia, em Minas Gerais, da responsabilidade do Supremo Tribunal Federal com milhares de processos paralisados. É hora, portanto, de resolvermos a situação.

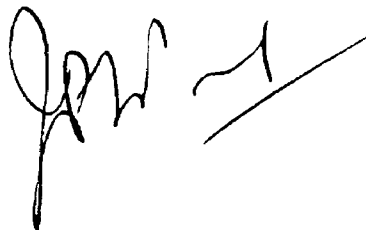


O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Não apenas nesse tema, e em decorrência de nos defrontarmos, por ano, com cento e vinte mil processos. O que é uma anomalia.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Sim, mas é exatamente nesse caso tenta-se um mínimo de racionalização, permitindo que a Corte se pronuncie sobre essa questão, **in concreto**, mas também com essa perspectiva ampla, com essa perspectiva objetivo.

Acho que o Ministro Sepúlveda Pertence foi, talvez, um dos autores do voto que flexibilizou a leitura do artigo 97, antes do advento da alteração introduzida pela Lei nº 9.868, que, na verdade, destaca e valoriza a decisão tomada.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Embora o INSS ou a Caixa Econômica - não sei, porque são irmãos frateros em matéria de recorribilidade temerária - esteja aplicando agora o artigo 481, quando realmente já há decisão do Supremo. Mas o Tribunal decide contra o Supremo sem mandar ao Plenário. Porque já haja decisão do Supremo, então, pode se decidir contra ela. E, depois reclamam da multa.



30/03/2005

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.918-6 RIO DE JANEIRO

VOTO PRELIMINAR

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Sra. Presidente,
acompanharei a heterodoxia.

30/03/2005

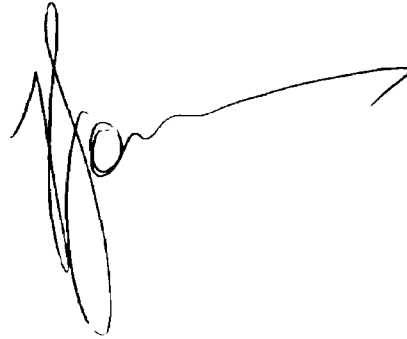
TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.918-6 RIO DE JANEIRO

V O T O

(SOBRE PRELIMINAR)

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA: Senhora Presidente,
também fico com a heterodoxia.

A handwritten signature in black ink, likely belonging to Joaquim Barbosa, is written over the text. The signature is stylized, with a large loop and a long horizontal stroke extending to the right.

30/03/2005

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.918-6 RIO DE JANEIROV O T O

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Sra. Presidente,
permanecerei fiel à Sumula nº 281. Acredito que não há decisão final
no caso a desafiar o manejo do RE.

Acompanho o pensamento do Ministro Sepúlveda Pertence, **data**
venia de todos os outros.




30/03/2005**TRIBUNAL PLENO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.918-6 RIO DE JANEIRO**

À REVISÃO DE APARTES DOS SRS. MINISTROS SEPÚLVEDA PERTENCE E CARLOS VELLOSO.

VOTO PRELIMINAR

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Sra. Presidente, também peço vênia, mas é um caso singular, do qual não extrairei nenhum princípio para aplicar em outro. Aqui as Turmas já prefixaram um entendimento com caráter normativo, como se editasse uma norma de lei, de modo que a pressuposição é que todas as causas serão julgadas dessa forma. Trata-se de precedente que é multiplicador de causas, e isso provoca inquietação.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Só para compreender a decisão que se insinua. Vossa Excelência se refere à súmula da questão de fundo ou à súmula de que não cabe agravo da decisão do relator?

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - À súmula da questão de fundo. 

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Então, sempre que houver súmula no Tribunal **a quo** ou na Turma Recursal, o recurso pode ser decidido até pelo chefe do protocolo?

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Não, necessariamente.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Ministro, não podemos decidir um caso especial. Estamos estabelecendo uma orientação.

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO - Sim, para este caso.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Por exemplo, há uma Turma de um Tribunal muito augusto que não concede **habeas corpus**. Então, por que não vamos julgar originariamente a impetração?

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO - Eles devem ter suas razões.



O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Ainda não foi
sumulada.

Com o devido respeito, neste caso ficarei com a
heterodoxia. *fm*

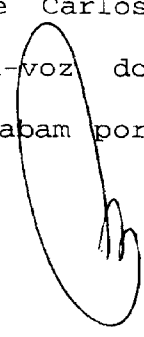
30/03/2005**TRIBUNAL PLENO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.918-6 RIO DE JANEIRO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhora Presidenta, continuo compreendendo o processo como a encerrar a certeza, como a encerrar a liberdade em seu sentido maior. As normas são, de regra, imperativas, e não dispositivas; atuam independentemente da vontade de autor e réu. Não há a possibilidade de consenso para afastar-se a incidência de um teor cogente, imperativo.

Preocupa-me muito a fase que atravessamos no Tribunal, que vislumbro, até mesmo, como uma fase de afastamento de parâmetros, adotando-se regras especiais para o caso concreto, e passando o Colegiado a atuar como se legislador fosse.

Temos, na espécie, que a Lei nº 9.099, de 1995, e a Lei nº 10.259, de 2001, não disciplinam a atuação isolada do relator nas turmas recursais. Ao contrário, o segundo diploma, no que versados os juizados especiais federais, contém mesmo dispositivo a revelar que, na hipótese de se assentar, no incidente de uniformização, certo entendimento, incumbirá à turma, e não ao relator, implementar nos processos esse entendimento.

Está havendo - e vejo isso até com bons olhos - a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil quanto a ter-se - como eu disse, utilizando, aqui, uma expressão de José Carlos Barbosa Moreira - o relator como um verdadeiro porta-voz do colegiado. Mas, aí, verifica-se que as turmas recursais acabam por



criar um sistema que é um terceiro gênero, tendo em conta o texto do Código de Processo Civil: o relator pode acionar o artigo 557 e chegar, até mesmo, ao julgamento de fundo, reformando a decisão do juízo especial, mas, fazendo-o, contrariando uma sistemática que é da tradição do Direito brasileiro, a parte prejudicada não tem acesso ao colegiado; fazendo-o, deixa o artigo 557 capenga, no que a turma recursal afasta o agravo previsto no § 2º do artigo 557. Foi justamente isso o que ocorreu no caso, neste processo. Houve a interposição de recurso, que foi julgado, confirmando o relator a sentença do juízo; a Caixa Econômica, zelosa quanto aos respectivos interesses, interpôs agravo, e este foi convertido em embargos declaratórios. A meu ver, incumbia, inclusive, à Caixa, diante da decisão proferida e da tomada do princípio da fungibilidade - como eu já disse, na Turma, na contramão, porque foi interposto o agravo, e não embargos declaratórios -, até mesmo, protocolar o agravo para o Colegiado.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Foi protocolizado.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Foi protocolado o primeiro agravo, que o relator recebeu como embargos declaratórios.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sim, mas depois da decisão.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Dos embargos declaratórios?

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sim. Houve agravo. Diz a eminente Relatora:

"O agravo foi conhecido como embargos declaratórios, mas desprovido, por aplicação do Enunciado n. 26 das Turmas Recursais dos Juizados Especiais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que reza:

'Decisão monocrática proferida pelo relator não desafia recurso à Turma Recursal.'"

Quer dizer, decisão deste agravo também pelo Relator que proferira a decisão agravada.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Pois é. E há um detalhe: só se pode cogitar do exercício do juízo primeiro de admissibilidade, seja pelo presidente da corte de origem, seja pelo presidente da turma recursal, seja pelo próprio juízo, se, contra possível decisão negativa de seqüência do recurso, houver previsão de interposição de um outro recurso.

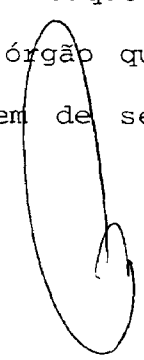
O que temos quanto aos embargos declaratórios? O que temos quanto ao agravo do artigo 557, § 2º? Que esses recursos serão apresentados em Mesa. Não pode, de início, o relator a eles negar seguimento, porque entrariamos num círculo vicioso com uma interposição contínua de agravos, e ele, evidentemente, sempre negando-lhes seguimento.

Não há um terceiro sistema, um sistema específico para a observância, pelas turmas recursais, a partir do teor das duas leis por mim referidas. O sistema é único e viabiliza o agravo

contra a decisão, quando o relator atua substituindo-se à turma recursal.


Senhora Presidenta, não creio que possamos estabelecer critérios conforme o processo. O Direito, tanto o material quanto o instrumental, é único; há de ser observado - e aí atua o Supremo Tribunal Federal no campo pedagógico, porque o que fizermos aqui tende a vir a ser observado por outros tribunais. O Direito é único. Não cabe distinguir: bem, neste processo, aplico; mas, noutro processo, não aplico. Creio que a insegurança jurídica grassará; paga-se um preço - a meu ver até baixo, módico - por se viver em um Estado Democrático de Direito, que é a observância do Direito posto. Este nos revela que cabível era o agravo contra a decisão do relator. O Direito posto - e, aí, já posto pela Constituição Federal - revela-nos, segundo o Verbete nº 281, que somente se chega ao Supremo Tribunal Federal, na via do extraordinário *stricto sensu*, quando esgotada a jurisdição na origem. Alfim, não há um sistema especial, consideradas as duas leis que versam sobre os juizados especiais.

Não devo presumir que, em se concluindo pelo vício de procedimento, no que não se levou o agravo a julgamento pelo Colegiado, virá esse mesmo Colegiado a decidir desta ou daquela forma. Não há decisão segundo a capacidade intuitiva do órgão que esteja julgando o recurso, por presunção, já que ela tem de ser formalizada pelo órgão competente, e deve ser fundamentada.



Peço vênia para entender que o quadro decisório do processo, considerada a atuação do relator na origem, não desafia o recurso extraordinário e, se nesse recurso extraordinário articula-se com a transgressão do devido processo legal, no que não levou o relator ao Colegiado o agravo que deveria ter levado, ainda que intempestivo, ainda que deserto, e não há deserção no caso, caminho para assentar que há de ser conhecido e provido o recurso extraordinário para que o citado recurso seja julgado pela Turma Recursal.

É como voto nesta primeira parte.



30/03/2005

TRIBUNAL PLENO


RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.918-6 RIO DE JANEIRO

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Sra. Presidente, a intervenção do eminente Ministro Marco Aurélio, como sempre muito lúcida, suscitou-me outro fundamento. A menos que a solução da preliminar, com base no princípio inscrito na súmula nº 281, fosse não conhecer do recurso extraordinário, teríamos, no caso dos votos dissidentes, a seguinte solução: o Tribunal conhece do recurso, reconhece a infração de norma constitucional - seja a do devido processo legal, seja o artigo 98, inc. I -, declara a existência de nulidade processual, anula a decisão e devolve os autos ao juízo.

Sucede que há também outro princípio legal - que está no artigo 249, § 2º, do Código de Processo Civil - que reza, com reverência ao princípio da brevidade, da economia e da efetividade, que, se puder, no juízo de mérito, quando a causa esteja madura para tanto, prover em favor da parte a quem aproveitaria a declaração de nulidade, o tribunal não deve declará-la, mas prover o mérito imediatamente.

w

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - O caso é de admissibilidade do recurso extraordinário.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Essa é a posição de Vossa Excelência, mas não é a do Ministro Marco Aurélio nem a do Ministro Carlos Britto. Por isso é que estou fazendo a observação, após a manifestação do Ministro Marco Aurélio. 

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - A minha posição é a mesma do ministro Sepúlveda Pertence, porque só podemos ir ao mérito da causa - julgar o conflito de interesses - se, em sede extraordinária, ultrapassarmos a barreira do conhecimento.

Ora, qual é a premissa do meu voto? Não foi esgotado o ofício jurisdicional na origem. E, atrelado a esse aspecto, vem outro dado: o vício de procedimento, no que se ataca a decisão do relator de não ter levado o agravo ao Colegiado.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Tenho a impressão de que muito mais ousada do que esta construção que agora está se esboçando foi a construção feita em torno da não-aplicação ou da redução teleológica do artigo 97,

porque é uma cláusula tradicional - vem da Constituição de 1934 e reproduzida praticamente em todos os textos constitucionais - e o Tribunal passou a entender que, naqueles casos em que ele já tivesse declarado a inconstitucionalidade, por exemplo, não precisava de submeter a matéria a discussão do Plenário. Nós poderíamos até discutir isso.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - A premissa é o Órgão de Cúpula, o Guardião Maior da Carta, já haver se pronunciado.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Essa construção foi aceita porque parte de uma posição de todos os Tribunais de segundo grau do País, segundo a qual, quando haja decisão do plenário deles sobre a inconstitucionalidade de lei, não é preciso, a cada processo idêntico, levar a questão, de novo, ao plenário. Então, dissemos: com mais razão, se já há decisão do Supremo Tribunal Federal. Em ADIn nem há falar, dada a eficácia **erga omnes** e vinculante. Mas, mesmo, no controle difuso, em que a decisão é susceptível de suspensão de vigência pelo Senado.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Não discordo de Vossa Excelência, mas diria que, aqui, o Tribunal, na verdade, atravessou o Rubicão do efeito vinculante da decisão no controle incidental, porque, ao fazê-lo, admitiu. Por isso diria que essa heterodoxia é construção de Vossa Excelência, não minha nem da Ministra Ellen Gracie neste caso. De fato, o grande passo se deu a partir do modelo do artigo 97.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Nós vamos chegar, daqui a pouco, ao que eu disse: para que a Turma Recursal, se a Turma já tem súmula e é contra a nossa jurisprudência?! Que venha direto!

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Nesse caso, poderá haver todos os recursos possíveis que, tanto quanto à admissibilidade quanto ao mérito, a decisão da Turma Recursal já está tomada e celebrada em súmulas. Portanto, tenho a impressão de que aqui há uma singularidade.

30/03/2005


TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.918-6 RIO DE JANEIROVOTO-VISTA

O SENHOR MINISTRO Eros Grau: Todas as condições da avença de "adesão" ou transação judicial estão definidas na lei complementar.

2. É inteiramente descabida, na hipótese, a qualificação do "termo de adesão" como "contrato de adesão". Este, tal qual definido pelo artigo 54 do Código de Defesa do Consumidor, é "aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo". A inserção de cláusula no formulário --- diz o seu § 1º --- "não desfigura a natureza de adesão do contrato".

3. No caso do "termo de adesão" a que refere o art. 4º da lei complementar não há contrato, menos ainda "contrato de adesão", tal como definido pelo Código de Defesa do Consumidor. É a lei --- LC 110/01 --- que estipula as condições da adesão. Seu conteúdo não se presta a ser discutido ou modificado substancialmente. Não há que falar, no caso, em excessos cometidos por empresários em suas relações com os adquirentes finais de seus produtos ou serviços. Nem se trata, no caso, de "estandardização" de cláusulas contratuais, de ausência de diálogo negocial em favor da redução de custos e riscos da empresa. Aqui, diretamente, comanda a lei, não o poder empresarial.



4. Nem há que falar, no caso, em "contrato coativo", nos quais o particular é alcançado pelo *dever* de contratar, isto é, de assumir *obrigação* perante terceiro. Aqui o titular da conta vinculada do FGTS pode, ou não, fazer a adesão referida no art. 6º da lei complementar. Se o fizer, estará sujeito ao quanto estipulado pela lei.

5. Aqui há situação de *sujeição*, que, como ensina CARNELUTTI¹, é a expressão subjetiva do comando jurídico, considerado no seu lado passivo, isto é, da parte de quem é comandado; significa necessidade de obedecer. Distinguindo a *sujeição* do *dever*, CARNELUTTI² esclarece que este é um vínculo imposto à vontade, ao passo que aquela significa impossibilidade de querer com eficácia.

6. Dizendo-o de modo mais completo: o titular da conta vinculada sujeita-se ao creditamento, nela, de determinado complemento de atualização monetária definido pela lei; a adesão do titular da conta ao disposto no seu artigo 4º --- adesão a que corresponde um benefício [= o creditamento] e *sujeição* à própria lei --- não pode ser anulada por ato de vontade seu, isto é, ato de vontade do titular da conta. Atuaria, aí, ademais, a vedação do *venire contra factum proprium*.

7. O recorrido não impugnou a Lei Complementar 110/01, de modo que a decisão recorrida anulou de ofício o termo de adesão ao disposto no seu artigo 4º. Anulou, e --- mais grave --- de ofício, o que não poderia ter sido anulado.

¹ Sistema di Diritto Processuale Civile, vl. I/51, Pádum, CEDAM, 1936.

² Ob. e loc. citis.

Dou provimento ao recurso extraordinário.



30/03/2005

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.918-6 RIO DE JANEIROV O T O

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Sra. Presidente, fiz umas anotações, que passo a ler:

"Parece-me que a solução da controvérsia passa pela análise de norma infraconstitucional e de provas. Salvo engano, foi uma sugestão dos Ministros Marco Aurélio e Carlos Velloso no julgamento da Ação Cautelar nº 272, medida cautelar.

Explico: os correntistas do FGTS aderiram ao acordo criado pela Lei Complementar nº 110/2001, a qual disciplinou, de forma pormenorizada, os parâmetros a serem observados na adesão aos acordos.

Minha conclusão: para se chegar ao entendimento de que não houve qualquer vício de vontade na assinatura do acordo ou mesmo se a Lei Complementar previa taxativamente os parâmetros desse acordo, seria necessário examinar a matéria infraconstitucional e reexaminar provas.

Por isso, voto, agora, pelo desprovimento do RE.

-...-...-...-...-...-



30/03/2005

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.918-6 RIO DE JANEIROVOTO

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Sra. Presidente, vou pedir vênia ao eminente Ministro Carlos Britto, para acompanhar Vossa Excelência. Vou fazê-lo brevemente, porque preciso explicar umas afirmações que adiantei no julgamento da medida cautelar.

Na verdade, trata-se de decisão baseada em enunciado normativo, o qual dispõe na cláusula final:

(...) "ainda que tenha - quem quer que seja - aderido ao acordo previsto na Lei Complementar nº 110/01" (...)

Ou seja, esse enunciado normativo, fundamento central da decisão, deu por ineficazes a Lei Complementar nº 110/01 e o acordo, independentemente das particularidades deste e do caso concreto. Em outras palavras, editou norma de caráter geral e abstrato, tornando ineficazes a Lei e todos os acordos celebrados com base nela.

Ora, não se declarou a inconstitucionalidade da Lei, nem se examinou, em concreto, nenhuma particularidade do acordo, da qual pudesse resultar, como vício inerente ao



acordo, no caso concreto, uma causa de nulidade, uma causa de anulabilidade, ou uma causa de ineficácia, enfim, uma causa qualquer que permitisse ao julgador retirar os efeitos jurídicos de um ato jurídico perfeito.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Vossa Excelência me permite um aparte?

Vou ler um trecho da sentença, assim expresso:

(...) "a parte Autora não tinha ciência de elemento essencial, qual seja, o valor que teria a receber.

É verdade que as condições nas quais haveria a aplicação de deságio e parcelamento estavam previstas em lei, contudo, se a parte Autora não sabia qual era o montante que teria a receber, não poderia identificar, ao aderir ao acordo, se sofreria algum deságio, de quanto, se receberia integralmente, de forma parcelada, e em quantas parcelas."

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Perdão, mas isso não consta do Relatório da eminente Relatora. Não consta o ato impugnado do Relator. Ao contrário, vou ler o que ele diz:

(...) "Portanto, é fácil perceber que a intenção do trabalhador" (...)

Nem é trabalhadora. *lung*

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Vossa Excelência está examinando decisão recorrida .

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Exatamente, é o que estou examinando: a decisão recorrida. O que foi substituído está fora de cogitação.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Está sendo substituída agora.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Não!

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Ministro, essa é a decisão que a maioria transformou em acórdão. Oitenta por cento do Relatório da eminente Relatora é transcrição dessa decisão.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Diz o Relatório:

"Trata-se de recurso extraordinário interposto contra decisão de Juiz da 1ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que confirmou o desprovemento do recurso inominado apresentado pela Caixa Econômica Federal, proferidos nos seguintes termos:".



No terceiro parágrafo, na primeira página do Relatório, a eminente Ministra-Relatora diz assim:

'Portanto, é fácil perceber que a intenção do trabalhador' - *trabalhador que é gênero, não no gênero feminino* - 'ao manifestar a vontade através da celebração da transação não correspondia às reais consequências advindas do ato. Na verdade, provavelmente' - *isto é, está fazendo uma afirmação* - 'a renúncia a direitos ocorrida com a assinatura do mencionado acordo' (...)

Noutras palavras, não se está examinando nada, mas dizendo "provavelmente", em tese; em tese quer dizer sem nenhum fato concreto, nenhuma alegação concreta de que, neste caso, houve vício que justificasse a existência de renúncia inconcebível, nula ou ineficaz. Provavelmente, aconteceu isso. Em que casos? Em todos.

E, aí, concluiu: é o enunciado da Súmula.

Em outras palavras, a decisão recorrida, esta que é o objeto do recurso, abstrai qualquer consideração de fato concreto versado na causa, razão por que a mim não me comove em nada a objeção de que se teria de examinar previamente fatos e provas. Estou examinando o teor de uma decisão que tem caráter genérico, que está tratando, em tese, de todos os casos em que haja acordo celebrado nos termos da Lei nº 110/2001. É exatamente esta a razão por que



entendo que, no caso, a decisão é de caráter geral, contém norma de caráter geral, que não poderia conter.

Dessa forma, reconheço, nos termos do voto da Eminente Relatora, a violação à cláusula que protege o ato jurídico perfeito, pelo que esta foi afirmado na decisão, em caráter geral, ou seja, que um ato jurídico, ainda que perfeito, não prevalece em face desse enunciado.


O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Vossa Excelência me permite?

Uma afirmação dessa ganha sentido quando o julgador diz: diante deste caso concreto, perante as circunstâncias tais, diante da prova tal, testemunhal ou documental, verifica-se que houve erro. Mas aqui não se examina prova alguma. Fixa-se uma tese. Esta que é a verdade. Por isso, fala-se em trabalhador e não se faz referência a nenhum elemento do caso concreto, porque é para ser aplicada em todos os casos, independentemente das características singulares de cada um. Enfim, está-se dando tratamento de caráter geral, que, como tal, ofende cláusula da Constituição.

A segunda observação que faço - até me havia esquecido de dizer - é que, no julgamento anterior, quando fiz referência a alguns casos nos quais decidi



monocraticamente e verifiquei haver alegação de erro, sem que se reconhecesse, na decisão recorrida, a nulidade da avença, era para afirmar que o reconhecimento de nulidade da avença era irrelevante perante a tese. Não interessava para o julgador, no caso concreto, se houve, ou não, erro, nem se esse erro deu, ou não, causa a nulidade relativa. Simplesmente disse: não interessa; o que interessa é a tese.

Exatamente porque a decisão se prende à tese, não às características do caso - que me abstraio de examinar por ser desnecessário -, é que confirmo o meu voto, com o devido respeito. 

30/03/2005**TRIBUNAL PLENO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.918-6****RIO DE JANEIRO****V O T O**

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Sra. Presidente, também eu gostaria de felicitar Vossa Excelência pela coragem e iniciativa de ter trazido este tema ao Plenário, dada a importância da questão.

É a primeira vez que estamos a aplicar os elementos da Lei nº 10.259 nesta extensão, já no julgamento da cautelar e, agora, no de mérito.

Sabemos todos que, aqui, não estamos a falar de um caso singular. Isso já foi objeto de muitas considerações. Lembro-me, inclusive, de depoimento proferido no Congresso Nacional - creio que na Câmara dos Deputados, pelo próprio Ministro Sepúlveda Pertence - sobre as razões das chamadas "causas multitudinárias".

Aqui, temos a possibilidade de, se seguirmos a toada do chamado "processo subjetivo individual, singular", alcançaremos, em pouco tempo, 60 milhões de processos em discussão no âmbito do

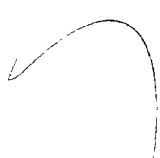


Juizado, porque só o acordo - como foi dito da tribuna - abrangeu algo em torno de 32 milhões de pessoas. Vejam, portanto, a dimensão.

Já foi demonstrado, e estamos aqui a discutir a tese - disse-o bem o Ministro Cezar Peluso - de que, a rigor, nenhuma consideração faz o Juizado Especial no Rio de Janeiro sobre um dado caso singular, mas presume que todos os acordos foram assinados contra esse valor - fundamental, claro - da autonomia pessoal, da autonomia de decidir.

Quem acompanha bem esse processo sabe que não houve sequer essa assinatura às cegas. As pessoas sabiam, sim, com alguma aproximação, qual era o **quantum** devido, porque elas tinham, acesso as suas contas na própria Caixa Econômica. Tanto é que faziam a opção. Tanto quanto já se demonstrou também, não é possível, de plano, dizer que há um critério de não-razoabilidade. Para aqueles que ganhariam até cerca de dois mil ou coisa do tipo, deu-se a indenização integral. Depois, então, trabalhou-se no sentido de um deságio, porque havia a possibilidade de pagamento imediato, exclusão de verbas honorárias e tudo mais. Portanto, era um tipo de aproximação que se podia fazer.

Imagino que este é um caso de escola, um caso modelo para tantos outros que virão, na senda - espero - da súmula vinculante. Certamente temos de construir não um modelo judicial, mas um modelo administrativo, um processo administrativo - admito - para solucionar casos como esses.



Imaginem os Senhores que amanhã tenhamos de fazer uma revisão de um critério de pensão do INSS, e fixemos, lá, uma orientação qualquer. Isso pode atingir facilmente 30 ou 40 milhões de pessoas. Não é possível imaginar que a solução desse caso se dê sequer na forma do Juizado Especial - como já foi demonstrado pelo Ministro Carlos Velloso. Não podemos esperar isso. Teremos de encontrar uma solução administrativa.

Sra. Presidente, felicitando-a pelo brilhante voto e pela iniciativa, acompanho o voto de Vossa Excelência.




30/03/2005**TRIBUNAL PLENO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.918-6 RIO DE JANEIRO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhora Presidenta, o pano de fundo é único: a reposição do poder aquisitivo dos saldos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Os anais da Corte registram que, no tocante aos diversos e milagrosos planos econômicos que foram capitaneados por tecnocratas, com desprezo da participação do profissional da advocacia, os trabalhadores vinham ganhando de ponta a ponta: nos cinco Regionais Federais, no Superior Tribunal de Justiça e, também, no Supremo Tribunal Federal.

O que houve? Como salientado da tribuna pelo advogado da Caixa Econômica, a matéria - depois de termos decidido inúmeros casos, inclusive no campo individual - veio ao Plenário, que, contra o meu voto e, se não me engano, os dos ministros Carlos Velloso e Sepúlveda Pertence, acabou estabelecendo distinções entre os planos econômicos em jogo.

Pois bem, para espanto geral, em cima de uma jurisprudência pacificada, foi editada a Lei Complementar nº 101/2000, em que reconhecido o direito dos trabalhadores a partir do nosso pronunciamento, em termos: dando-se com uma das mãos e tirando-se com a outra, no que se cogitou de um parcelamento por anos e, mesmo assim, considerando o valor da conta e o saldo do trabalhador com um certo deságio. É a tal normatividade para



RE 418.918 / RJ

contornar pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, coisa que, para mim, não é ortodoxa; não se coaduna com uma Democracia; não se coaduna com uma República. No entanto, o Supremo Tribunal Federal já declarou constitucional a Lei Complementar nº 101/2000. Fiquei vencido, inclusive no que houve uma distorção relativamente a um tributo - a contribuição que se fez ao mundo jurídico não para se ter uma contrapartida, mas para se fazer caixa, visando a satisfazer a jurisprudência pacificada, visando a satisfazer, em termos - como já ressaltai -, o direito posto, o direito subordinante dos trabalhadores.

Essa é uma parte, mas não estou aqui a rejulgar o que já foi objeto de exame pelo Colegiado. Estou a me defrontar com um recurso extraordinário em processo subjetivo, considerando uma decisão que, talvez, tenha implicado a potencialização, a mais não poder, do ato de vontade, a interpretação, vislumbrando-se os trabalhadores como tutelados e passando o Judiciário - não se defrontando com o conflito de interesse a envolver empregado e empregador - a atuar como órgão protetor dos trabalhadores, olvidando o que já submetido ao crivo do Supremo Tribunal Federal.

Em vista da decisão proferida no campo monocrático, no campo individual, pelo relator, temos que, diante dos parâmetros da lei, não diante dos parâmetros fáticos - isso foi muito bem salientado pelo ministro Cezar Peluso -, concluiu-se pela

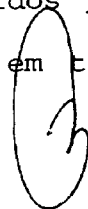


inconstitucionalidade - e posso dizer, mesmo não havendo sido utilizadas essas palavras - da Lei Complementar nº 110/2001.

Lembro-me de que, quando da edição dessa Lei, o Dirigente Maior do País fez um pronunciamento em horário nobre, visando a ressaltar os aspectos positivos da adesão, do acordo que era proposto aos titulares das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e, em um ato falho, chegou mesmo - podemos pegar a fita do Jornal Nacional - a dizer que quem não aceitasse a proposta fixada na Lei deveria recorrer ao Judiciário. Aí, evidentemente, iria aguardar o desfecho da causa projetado para as calendas gregas, passados muitos anos.

Então, o relator partiu da presunção de vício de consentimento, quando o vício de consentimento a contaminar o ato jurídico precisa estar aprovado. Não se presume o erro, o dolo, a coação, a simulação, a fraude. Presume-se não o extravagante - o extraordinário -, mas o que normalmente ocorre. Consignou o relator que o trabalhador não teria idéia do que viria a receber. O trabalhador que aderiu - talvez por não ter mais gás para enfrentar a vida econômica, precisando do numerário - teve presente que haveria um deságio, porque estampado na própria lei alusiva ao termo de adesão.

Não ficou aí o relator, entretanto. Acabou por lançar o que aponto como verdadeira pérola: os resultados atingidos pelos Juizados Especiais Federais representariam um fato novo, em termos

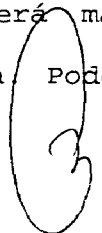


RE 418.918 / RJ

de celeridade e economia processuais, de rapidez no desfecho dos processos. Soubessem os trabalhadores - é o que está inserido na decisão - dessa rapidez, não teriam aderido. Presumiu-se, portanto, que aderiram por erro, por não confiarem na entrega da prestação jurisdicional dentro de um lapso razoável. E prossegue, assentando que representaria um fato novo e imprevisível para o cidadão comum a rapidez dos Juizados, o que influenciou no equilíbrio do ajuste, tornando injustificada a onerosidade imposta a uma das partes. Evocou-se o Código de Defesa do Consumidor, mas, a meu ver, sob uma óptica que não a agasalhada por esse mesmo Código. Evocou-se, partindo - repito - da presunção do vício de consentimento: soubessem os trabalhadores da agilidade dos juizados especiais, não teriam firmado os termos de adesão. A premissa e o resultado mostraram-se um passo, para mim, demasiadamente largo.

Presidenta, não estou, aqui, modificando o entendimento inicial, referente à assentada em que foi referendada a liminar concedida por Vossa Excelência. Na oportunidade, atuei no campo precário e efêmero, ou seja, sem um mergulho mais profundo, consideradas as balizas da decisão, e mesmo assim aludi à impossibilidade jurídica da suspensão operada - dos processos em curso na origem.


Estou a perceber que, a persistir a óptica revelada na decisão impugnada mediante o extraordinário, não se terá mais, quanto à formalização de atos jurídicos, a menor segurança. Poderão



esses atos jurídicos vir a ser atacados a qualquer momento, presumindo-se - repito - o vício de consentimento.

Mencionou-se a inexistência de transação, mas houve transação segundo os parâmetros da lei. Não se cuida, aqui, de uma lei a reger uma relação jurídica de subordinação, como é a empregatícia, regradada pela Consolidação das Leis do Trabalho, quando qualquer posição do trabalhador, em se tratando de renúncia a direito, é tida como viciada. Não é o caso. Os preceitos são dispositivos. A transação, quanto à vantagem do trabalhador, mostrou-se no recebimento imediato dos valores.

Acompanho o voto de Vossa Excelência, conhecendo do recurso e o provendo para, no caso, julgar improcedente o pedido formulado na inicial da ação.



Supremo Tribunal Federal

30/03/2005

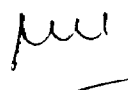
TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.918-6 RIO DE JANEIROV O T O

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** - Sra. Presidente, a questão posta na decisão recorrida tem caráter geral, porque incluída em súmulas dos Juizados Especiais.

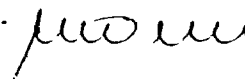
Bem demonstrou o Sr. Ministro Cezar Peluso que, no caso, para se reconhecer a existência do ato jurídico perfeito e acabado, não há necessidade do exame deste sob o ponto de vista infraconstitucional e fático, já que a questão foi posta sob o ponto de vista geral, em abstrato.

Faço essas considerações porque, quando a questão veio ao Tribunal, trazida por Vossa Excelência, oportunidade em que se conferiu efeito suspensivo ao recurso, votei, entendendo de outra forma: que, no caso, teríamos que enfrentar matéria infraconstitucional e de fato. Porém, as considerações feitas pelo Ministro Cezar Peluso, nesta assentada, me convenceram.



RE 418.918 / RJ *Supremo Tribunal Federal*

Por isso, eminente Ministra, reconsidero-me das observações feitas por mim e, com essas brevíssimas considerações, acompanho o douto voto de Vossa Excelência.



* * * * *

30/03/2005

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.918-6 RIO DE JANEIROV O T O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sra. Presidente, também já tenho afirmado que, regra geral, não cabe, em recurso extraordinário por afronta à garantia do ato jurídico perfeito, examinar **in concreto** a validade deste ato jurídico, conforme a legislação infraconstitucional.

Mas vejo que, afora expressões retóricas, como evidenciado nos votos que me precederam, em particular no voto do Ministro Cezar Peluso, afora considerações retóricas, o fundamento da decisão recorrida - não falo acórdão, porque não há acórdão de um só - é o Enunciado 21 das Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais onde se lê (fls. 150/151):

'O trabalhador faz jus ao crédito integral, sem parcelamento, e ao levantamento, nos casos previstos em lei, das verbas relativas aos expurgos de índices inflacionários de janeiro de 1989 (42,72%) e abril de 1990 (44,80%) sobre os saldos das contas de FGTS, ainda que tenha aderido ao acordo previsto na Lei Complementar nº 110/01, deduzidas as parcelas porventura já recebidas.'

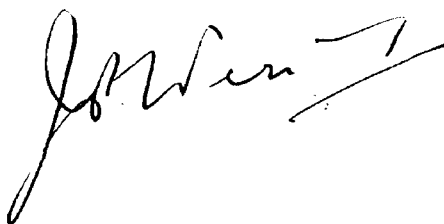
Portanto, não se pressupõe que o acordo haja contrariado a lei, mas, ao contrário, se afirma que, independentemente do acordo firmado nos termos da lei, ele não vale, não é eficaz. Concede-se, por isso, o pagamento integral quando o acordo era de pagamento parcelado.



Neste caso, porque não necessário examinar a eventual nulidade ou anulabilidade do ato jurídico, dado que a sua validade faz parte da própria hipótese normativa da súmula, creio que é correto o entendimento de Vossa Excelência de que a decisão recorrida efetivamente afrontou a garantia do ato jurídico perfeito.

Conheço do recurso e lhe dou provimento.

CR/

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'João Mendes', with a stylized flourish at the end.

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 418.918-6**

PROCED.: RIO DE JANEIRO

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE

RECTE.(S): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

ADV.(A/S): ANTÔNIO CARLOS FERREIRA E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S): JORGE PERES ALVES DA SILVA

ADV.(A/S): MARIA TEREZA COSTA FERRAZ BORGES

ASSIST.(S): UNIÃO

ADV.(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, preliminarmente, nos termos do voto da relatora, conheceu do recurso para efeitos diversos, sem anular, porém, a decisão, vencidos, no ponto, os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Carlos Britto e Marco Aurélio, que entendiam que o agravo deveria ser processado e julgado na origem. No mérito, o Tribunal, por maioria, conheceu e deu provimento ao recurso extraordinário, nos termos do voto da relatora, vencido o Senhor Ministro Carlos Britto. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Nelson Jobim (Presidente). Falaram, pela recorrente, o Dr. Davi Duarte e, pela Advocacia-Geral da União, o Dr. Álvaro Augusto Ribeiro Costa, Advogado-Geral da União. Presidiu o julgamento a Senhora Ministra Ellen Gracie (Vice-Presidente). Plenário, 30.03.2005.

Presidência do Senhor Ministro Nelson Jobim. Presentes à sessão os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Carlos Britto, Joaquim Barbosa e Eros Grau.

Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Lemos Fonteles.


7) Luiz Tomimatsu
Secretário